

## Demonstrações Financeiras SAFRA 2015-2016



## Mensagem da Administração

Em um cenário de grandes oscilações nos mercados globais e de instabilidade continuada no ambiente interno, com a combinação de uma recessão econômica e de crise política prolongadas, a Copersucar encerrou o Ano Safra 2015-2016 com a convergência de sinais positivos nos principais mercados em que atua e no seu desempenho econômico-financeiro. Ao mesmo tempo em que presenciamos a tendência de recuperação consistente nos preços internacionais do açúcar, após um prolongado ciclo de baixa, vimos o etanol recuperar parcela de seu espaço no mercado de combustíveis no País e ganhar novo valor estratégico dentro das discussões sobre as mudanças climáticas, graças ao seu potencial de mitigar a emissão de gases de efeito estufa, em substituição ao combustível fóssil.

Já o desempenho da Companhia reuniu um conjunto de indicadores positivos, que só não foram mais expressivos pelas adversidades que persistem no quadro econômico brasileiro, como um todo, e no setor sucroenergético, em particular, tais como a persistência das taxas de juros em patamares elevados, a contração econômica generalizada, a restrição dos investimentos na produção e na infraestrutura logística, entre outros. Nesse cenário, a Copersucar obteve uma receita consolidada de R\$ 26,3 bilhões (crescimento de 25% em relação ao ano anterior), retomou a lucratividade em seus resultados financeiros, ainda que abaixo de seu potencial, e reduziu em 28% (R\$ 435 milhões) o endividamento líquido. Se o exercício anterior pôde ser compreendido como um período de transição, ao logo do qual consolidamos fundamentos importantes para a sustentação do nosso crescimento, o exercício encerrado em 31 de março de 2016 preparou a Copersucar para o início de um novo ciclo estratégico, agora contando com um portfólio de participações societárias que lhe reforça o posicionamento de liderança internacional nos principais mercados de seus produtos: o açúcar, por meio da trading global Alvean Sugar, joint-venture formada em outubro de 2014, em sociedade com a Cargill, e a Eco-Energy, comercializadora e operadora logística de biocombustíveis na América do Norte, adquirida em 2012 e da qual a Copersucar detém 77% de participação. Em seu primeiro exercício integral, a Alvean demonstrou sua força de atuação no mercado de açúcar e cumpriu sua vocação como referência na movimentação global da commodity. De um lado, na originação, conquistando crescente participação na compra do açúcar não só no Brasil, mas também nos demais mercados produtores. De outro fronte, no destino, ampliando presença no suprimento do produto para as principais refinarias do mundo.

Já a Eco-Energy, além de reforçar o posicionamento da Copersucar nos Estados Unidos - principal mercado de biocombustível do mundo -, tem demonstrado grande consistência de resultados, ao longo dos três anos sob o controle da Copersucar. No exercício, a Eco-Energy teve crescimento significativo de volumes comercializados, e hoje representa 47% do faturamento consolidado da Copersucar. Juntas, as empresas responderam em 2015 por 11,5% de toda a comercialização de etanol no mundo, um volume equivalente a 13,5 bilhões de litros. Também no âmbito das operações diretas, compreendidas pela comercialização de açúcar e etanol no mercado brasileiro e por serviços de logística, a Copersucar colheu os frutos do crescimento de volume de vendas no mercado doméstico de etanol e de açúcar, este voltado para atendimento do segmento industrial, e dos investimentos realizados em sua infraestrutura logística, com maior utilização de seus ativos. O Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), no Porto de Santos (SP), superou sua marca histórica no período, com 6,2 milhões de toneladas de produtos embarcados. O TAC opera hoje em condições e sistemas operacionais mais eficientes e produtivos e com mecanismos de prevenção e segurança dentro dos melhores padrões de mercado.

Outro importante ativo logístico em nossa estrutura, o Terminal de Etanol Copersucar (TCE), em Paulínia (SP), teve sua interligação com a Refinaria de Paulínia concluída, e agora conta com plena capacidade, tanto de armazenagem quanto de transbordo de etanol, permitindo a sua integração ao sistema da Logum Logística S.A., da qual a Copersucar é acionista.

É imperioso destacar, ainda, a crescente valorização do etanol nas discussões sobre o futuro da economia global, da sociedade e do planeta. E particularmente desafiador, entre os desdobramentos da recente Conferência do Clima em Paris (COP-21), ver o Brasil assumir metas de desempenho que irão demandar um salto considerável na produção do combustível limpo e de fontes renováveis fornecido pelos canais: de cerca de 28 bilhões de litros, hoje, para 50 bilhões de litros, em 2030. Esse compromisso confirma o imenso potencial de contribuição do nosso País para o esforço de mitigação do aquecimento global e, tão ou ainda mais importante, confere ao setor produtivo o indispensável respaldo à discussão, com o governo, de políticas públicas que venham ao encontro de meta tão premente.

A par dessa expectativa igualmente necessária e ambiciosa, no âmbito global, preparamo-nos internamente para a maturação dos investimentos feitos nas participações societárias e na infraestrutura logística, bem como no fortalecimento de nossos processos operacionais e de gestão, de modo a capturar ganhos estruturais consistentes nos próximos exercícios, dentro de um novo ciclo de desenvolvimento da nossa organização. Os pilares intangíveis dessa construção são as pessoas que trabalham para o crescimento da Companhia, o fortalecimento das relações de negócio com os fornecedores e clientes, e o suporte de nossos acionistas, sem os quais a existência da Copersucar não teria sido possível. É com essa convicção que agradecemos o contínuo apoio de nossos funcionários, acionistas e parceiros de negócio.

Com essa rede colaborativa, a Copersucar continuará empenhada em sua missão de nutrir e mover a vida, criando valor para o negócio de forma sustentável e em benefício dos elos de sua cadeia de valor e da sociedade como um todo.

**Luis Roberto Pogetti**  
Presidente do Conselho de Administração

### 1 - ANÁLISE SETORIAL

Em que pese a gravidade da crise econômica enfrentada há anos por muitas das empresas da indústria da cana-de-açúcar, na Safra 2015/2016 há evidentes sinais de melhora na conjuntura do setor, sobretudo depois da reação dos preços internacionais do açúcar, indicando o fim do prolongado ciclo de baixa, e do crescimento da demanda interna por etanol, com a recuperação de sua competitividade frente à gasolina.

No mercado de açúcar, a tendência é de déficit de produção mundial frente ao consumo, o que eleva a demanda e contribui para a recuperação dos preços, favorecendo as exportações brasileiras. Já o consumo de etanol no mercado doméstico vem sendo estimulado, desde o início do ano passado, por medidas governamentais como a elevação do percentual da mistura de etanol anidro à gasolina (de 25% para 27%) e as mudanças na tributação dos combustíveis em diversos Estados da Federação, com redução do ICMS sobre o combustível renovável e aumento da alíquota sobre o derivado do petróleo.

Mesmo com a crise econômica e a redução da capacidade de moagem da indústria, com a diminuição de empresas em atividade, as usinas do Centro-Sul do País moeram um total de 617,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na Safra 2015/2016, superando em 6% o volume do período anterior. A produção de açúcar atingiu 31,2 milhões de toneladas, com queda de 2,5%, e a de etanol totalizou 28,2 bilhões de litros, crescimento de 7,6%, de acordo com os dados consolidados pela UNICA - União da Indústria da Cana-de-açúcar. As projeções para a Safra 2016/2017 indicam para um volume de moagem da ordem de 620 milhões de toneladas. A produção de açúcar tende a aumentar para 35 milhões de toneladas. A oferta de etanol está estimada em 27,7 bilhões de litros. Mesmo sem aumento da oferta, a produção do etanol total (anidro + hidratado) no mix de combustível do Ciclo Otto (veículos leves, a gasolina e etanol) poderá crescer, diante da previsão de retração em torno de 5% no consumo desses combustíveis.

Consideramos ainda uma melhora na qualidade da cana, de 4%, elevando para cerca de 135 kg o total de Açúcar Total Recuperável (ATR) por tonelada. Além da indefinição sobre as condições climáticas, outros fatores contribuem para a imprevisibilidade da atual safra, como dúvidas sobre o comportamento da lavoura colhida na entressafra (correspondente a 9% da área colhida) e o envelhecimento do canal, decorrente da redução da taxa de plantio, consequência atual das restrições financeiras, que poderá limitar também o incremento futuro da produção.

No cenário internacional, as estimativas de déficit na produção de açúcar foram fortalecidas pelas quebras nas lavouras da Tailândia, China e Índia. Estimamos uma produção global da ordem de 172,2 milhões de toneladas ao longo da safra internacional 2015/2016, que se encerra em setembro, com uma queda de 4,3%. O consumo, por sua vez, está projetado em 176,8 milhões de toneladas, alta de 1% sobre o ciclo passado, resultando em um déficit de 4,6 milhões de toneladas. Para a safra 2016/2017, com início em outubro, a estimativa é de novo déficit, de 5,6 milhões de toneladas de açúcar.

Já o mercado mundial de etanol continua sendo determinado pela política pública de mistura do biocombustível à gasolina nos Estados Unidos, maior produtor e consumidor de etanol do mundo. A proposta da Environmental Protection Agency (EPA) para o mandato de adição de biocombustíveis à gasolina é de 71,4 bilhões de litros em 2017, aumento de 3,8% sobre o volume estabelecido para 2016, porém abaixo dos 91,2 bilhões de litros de etanol previstos pela legislação de combustíveis renováveis aprovada em 2007. A agência prevê ainda um mandato de 15,2 bilhões de litros de biocombustíveis avançados, que incluem o etanol de cana-de-açúcar e o biodiesel, por serem mais vantajosos em questões ambientais (aumento de 11% em relação a 2016), e 1,2 bilhão de litros de biocombustível celulósico, de segunda geração. A proposta está sob debate público e deve ser definida até o fim deste ano.

### 2 - INVESTIMENTOS

Ao contrário do exercício anterior, que foi marcado por investimentos expressivos de R\$ 713,5 milhões, aplicados em aquisições (capitalização para constituição da Alvean) e ativos logísticos no Brasil e nos EUA, o total investido pela Copersucar na Safra 2015/2016 foi de R\$ 265,2 milhões, dos quais R\$ 180,3 milhões foram destinados à expansão da infraestrutura logística da Eco-Energy nos EUA (implantação de três novos terminais e aquisição de um) e à compra de participação de acionistas minoritários, elevando a participação da Copersucar, de 65% no exercício anterior, para 77%. Os demais recursos investidos foram destinados à conclusão dos projetos em implantação no Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), em Santos, e no Terminal Copersucar de Etanol (TCE), em Paulínia.

### 3 - DESEMPENHO OPERACIONAL

Assim como a Safra 2015/2016 representou o primeiro ano completo de atuação da Alvean, o período foi também o primeiro no qual a Copersucar não esteve presente diretamente na originação de açúcar de usinas produtoras não sócias no Brasil. O volume de produtos adquirido das Usinas Sócios Produtoras correspondeu a uma moagem equivalente de 89,3 milhões de toneladas de cana, ante um volume de 94,8 milhões de toneladas no período anterior (-5,8%), considerando a mesma base de fornecimento (sem originação). O mix de produtos teve participação ainda maior do etanol (59%), contra 57% no período anterior.

#### AÇÚCAR

A comercialização total de açúcar pela Copersucar no Ano Safra somou 5,5 milhões de toneladas, ante um volume de 7,2 milhões de toneladas na safra passada (que incluía 1,6 milhão de toneladas de originação realizada pela Copersucar antes da constituição da Alvean). Desta forma, na mesma base de comparação (sem os volumes de originação no Brasil que agora são realizados pela Alvean), o total de açúcar comercializado pela Companhia se manteve estável nos dois períodos.

Do total de 5,5 milhões de toneladas de açúcar comercializadas na Safra 2015/2016, 3,6 milhões de toneladas foram exportadas para a Alvean, e 1,9 milhão de toneladas tiveram como destino o mercado doméstico.

COMERCIALIZAÇÃO DE AÇÚCAR (MILHÕES TON)			
	2014/2015	2015/2016	
<b>Açúcar</b>	<b>7,2</b>	<b>5,5</b>	
Mercado interno	1,7	1,9	
Mercado externo	4,4	2,8	
Exportações pré-pagas	1,1	0,8	

#### ETANOL

Favorecido pela demanda em alta e pela recuperação dos preços no período, a comercialização de etanol pela Copersucar apresentou crescimento de 16,3% em relação à safra anterior, totalizando 5,0 bilhões de litros. Na combinação das movimentações da empresa no Brasil e nos Estados Unidos, com a Eco-Energy, o volume total comercializado soma 13,5 bilhões de litros, representando um crescimento de 14,4% sobre o período anterior e uma participação de 11,5% no mercado global do biocombustível.

No mercado doméstico, as vendas da Copersucar totalizaram 4,3 bilhões de litros, incremento de 13,2% - quase o dobro do crescimento do mercado do Centro-Sul, segundo dados da UNICA. Já o mercado externo absorveu 600 milhões de litros, 20% acima do volume exportado no período anterior.

#### Eco-Energy

Pelo terceiro ano consecutivo, o desempenho da controlada Eco-Energy contribuiu de forma consistente para os resultados consolidados da Copersucar. A Eco-Energy tem o propósito de prover soluções de energia limpa para o mundo e a visão de liderar a cadeia global de fornecimento de biocombustíveis. Sua estratégia é suportada por ativos logísticos e relacionamentos duradouros tanto nas bases de fornecimento quanto nos mercados clientes, impulsionando suas competências e a geração de valor em logística, distribuição e comercialização.

No Ano Safra, a Eco-Energy registrou um crescimento de 13,3% nos volumes movimentados (8,5 bilhões de litros), mantendo a expressiva participação de 14% no mercado dos Estados Unidos.

Em linha com o plano estratégico, de reforçar sua estrutura integrada de logística, a Eco-Energy promoveu investimentos da ordem de US\$ 50 milhões no período 2015/2016, mais que o dobro do realizado no exercício anterior. Três novos terminais "unit train" (para grandes composições ferroviárias) entraram em operação, em Augusta (Georgia), Knoxville (Tennessee) e na Filadélfia, além de uma aquisição, em Richmond, totalizando seis terminais em atividade e três em implantação. A empresa conta com uma extensa base logística no território norte-americano com mais de 30 instalações, entre terminais de armazenagem, de transbordo e de "blending" (mistura de etanol à gasolina). A estrutura de fornecimento da Eco-Energy é formada por 19 "Alliance Plants", destilarias com contratos de fornecimento exclusivo e de longo prazo. O objetivo é manter e aprimorar o atendimento de alta qualidade a um diversificado grupo de clientes, formado pelas maiores companhias de petróleo, refinarias, grandes distribuidoras, "blenders" e empresas de commodities.

COMERCIALIZAÇÃO DE ETANOL (BILHÕES LITROS)		
	2014/2015	2015/2016
<b>Copersucar</b>	<b>4,3</b>	<b>5,0</b>
Mercado interno	3,8	4,3
Mercado externo	0,5	0,6
<b>Eco-Energy</b>	<b>7,5</b>	<b>8,5</b>
<b>Total</b>	<b>11,8</b>	<b>13,5</b>

#### SERVIÇOS

O Terminal Açucareiro Copersucar (TAC) iniciou o Ano-Safra 2015/2016 totalmente reconstruído, com a recuperação integral de sua capacidade e com aperfeiçoamentos em maior produtividade, eficiência e, sobretudo, segurança. Ao encerrar o período, registrou recorde de movimentação de mais de 6,2 milhões de toneladas embarcadas. A maior marca anterior registrada havia sido de 5,2 milhões de toneladas, na Safra 2012/2013.

Além do aumento da demanda de elevação, com o incremento dos volumes de originação de açúcar no Brasil pela Alvean, também houve uma diversificação na movimentação de cargas, com a realização de embarques de soja e milho, possibilitando maior utilização da capacidade operacional do terminal com a prestação de serviços de elevação a outros clientes. As obras de reconstrução foram concluídas em março de 2015, e desde então o TAC conta com sua plena capacidade de operação, que, com os aperfeiçoamentos realizados, é de 10 milhões de toneladas por ano.

Foram implantados novos sistemas e processos de segurança, ampliando as práticas de prevenção e combate a incêndios, com equipamentos como válvulas dilúvio, canhões monitores, ampliação de chuveiros automáticos ("sprinklers") e utilização de materiais mais resistentes nas instalações e equipamentos, além da ampliação do conjunto de ações preventivas. Também foram adotados parâmetros mais rigorosos de granulometria e umidade para recepção de cargas no terminal.

### 4 - DESEMPENHO FINANCEIRO

As receitas líquidas da Copersucar no exercício atingiram R\$ 26,3 bilhões. A controlada Eco-Energy, mais uma vez, contribuiu de forma relevante para a robustez do faturamento, com uma participação de 47%. As vendas de etanol a partir do Brasil, diretamente pela Companhia, aumentaram a sua parcela na composição das receitas de 26% para 29%, enquanto as vendas de açúcar representaram 24%.

O resultado do exercício atingiu um lucro líquido de R\$ 32,0 milhões, ante um prejuízo de R\$ 8,4 milhões no exercício anterior. Ainda que aquém do seu potencial, o resultado indica a retomada do ciclo de rentabilidade da Companhia.

DESEMPENHO FINANCEIRO (R\$ MILHÕES)		
	2014/2015	2015/2016
Receitas líquidas	21,0	26,3
Lucro (prejuízo) líquido para Controladores	(8,4)	32,0

#### Endividamento líquido

Na Safra 2015/2016, a Companhia reduziu o seu endividamento líquido de estoques em R\$ 435 milhões, e encerrou o exercício com R\$ 1.133 milhões de dívida líquida de estoques, 28% abaixo do montante de R\$ 1.568 milhões no período anterior.

### 5 - RECURSOS HUMANOS E GESTÃO

Em 2015, a Copersucar readequou sua estrutura organizacional, com redução dos níveis hierárquicos e redesenho das diretorias para melhor atendimento ao portfólio de negócios desenvolvido pela Companhia nos últimos anos. Neste contexto, criou a Diretoria Executiva de Operações, responsável pelas operações diretas da Copersucar nos mercados de açúcar, etanol e de serviços logísticos, e a Diretoria de Estratégia e Participações, que se encarrega pela gestão dos investimentos e participações da Companhia nas empresas controladas como a Alvean, a Eco-Energy e a Logum. As demais atribuições da direção foram também reordenadas para garantia de maior aderência ao atual modelo de negócio. Em complemento à reestruturação organizacional, a Copersucar intensificou dois projetos vitais para a sustentação de sua estratégia de longo prazo: o desenvolvimento de sua cultura organizacional, fortalecendo os princípios do "nosso jeito de ser e fazer", e o programa de desenvolvimento de lideranças. Essas iniciativas foram também complementadas por aprimoramentos nos programas de benefícios, como os planos de assistência à saúde e de treinamento, e por uma nova metodologia de avaliação de desempenho dentro do programa de remuneração variável, com a implantação de comitês transversais para a definição e calibragem de metas, com o objetivo de fortalecer a gestão compartilhada e a meritocracia. A Companhia também vem se dedicando ao fortalecimento de seus instrumentos de gestão, rotinas e processos do dia a dia. Trata-se de uma ampla revisão interna de processos operacionais e de gestão, empreendida sob o guarda-chuva do "Portfólio Evolução". Ao longo do Ano Safra, esta iniciativa desenvolveu 20 projetos, dos quais 14 foram concluídos no período. Os ganhos já começam a ser observados, na forma de processos mais eficientes, menor incidência de erros e maior produtividade. Os projetos realizados abrangem sistemas automatizados de integração entre operações comerciais e de logística, novas metodologias nos procedimentos de compras (*Purchase to Pay*) e venda de produtos (*Order to Cash*), monitoramento integrado de cargas rodoviárias desde o carregamento na usina até o agendamento da descarga no terminal portuário (Central de Tráfego), além de diversas otimizações nos sistemas gerenciais e nos procedimentos operacionais, visando eficiência, simplificação, ganhos de produtividade e maior controle.

No âmbito dos terminais, realizamos a "primarização" do Terminal de Ribeirão Preto, com a incorporação aos quadros da Companhia de 25 funcionários (anteriormente terceirizados), e demos início ao projeto Operação Segura, que consiste no levantamento e análise dos diversos fatores de riscos operacionais e na revisão dos procedimentos de gestão, operação e manutenção, com o objetivo de manter os mais elevados padrões de segurança nos terminais. A Companhia encerrou o Ano Safra 2015-2016 com 599 colaboradores (574 no período anterior), dos quais 175 estavam locados na Sede em São Paulo, 375 no Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), em Santos, 35 no Terminal Intermodal de Ribeirão Preto e 14 no Terminal Copersucar de Etanol (TCE), em Paulínia.

### 6 - SUSTENTABILIDADE

Em sintonia com os aperfeiçoamentos que vem adotando em seu modelo de gestão, a Copersucar realizou uma discussão profunda de sua visão de sustentabilidade, que resultou na aprovação de uma nova política que reúne os princípios essenciais que orientam a Companhia no sentido de prover energia para nutrir e mover a vida, criando valor para o negócio e para a sociedade.

No âmbito das iniciativas sociais, foi implantado o Projeto Conecta, destinado à formação profissional nas comunidades onde a Copersucar atua. A primeira turma, de 30 alunos, concluiu o curso de assistente de produção cultural em Paulínia (SP). Na Safra 2016/2017, o programa será estendido para a cidade de Santos (SP).

A gestão da sustentabilidade nas operações logísticas da Companhia passou a ter uma abordagem matricial e integrada, com a adoção de diretrizes comuns a todos os terminais logísticos. Da mesma forma, as iniciativas voltadas para o engajamento das Usinas Produtoras mantiveram seu desenvolvimento, com uma série de encontros que discutiram temas comuns, como saúde e segurança no trabalho; gestão dos impactos socioambientais das operações das usinas, conservação da biodiversidade, e requisitos de sustentabilidade na gestão de fornecedores de cana. No período, mais uma unidade produtora sócia, a Usina Uberaba, pertencente ao Grupo Balbo, recebeu a certificação Bonsucro™. Chegou assim a oito as unidades produtoras associadas de açúcar e etanol da Copersucar que detêm o selo de sustentabilidade específico para a cana, açúcar e etanol. No final da Safra 2015/16, 10,8 milhões de toneladas de cana tinham essa certificação.

Na safra 2015-2016, 94% das Usinas Produtoras Sócias estavam preparadas para atender ao padrão de combustíveis renováveis (RFS2) da EPA, a agência de proteção ambiental norte-americana. No exercício, 45% do volume total de biocombustível produzido pela Copersucar e 18% do volume total exportado foram destinados aos Estados Unidos atendendo aos requisitos da EPA (essa produção era proveniente de 35 Usinas Sócias); no caso específico das exportações para a Califórnia, 84% das Usinas Sócias tinham, na safra 2015-2016, o registro na CARB (*California Air Resources Board*).

### 7 - GOVERNANÇA

Desde sua constituição como empresa de capital, em 2008, a Copersucar implantou uma estrutura de governança de acordo com as melhores práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. A empresa conta com uma modelo de governança que preza pela observância dos procedimentos e processos internos de aprovações e deliberações, segundo os princípios estatutários da Companhia. Os processos de governança têm sido reforçados com instrumentos de *compliance* com o objetivo de garantir o efetivo controle das diversas atividades e práticas da empresa dentro do mais estrito respeito às normas e legislações e dos mais elevados princípios éticos. Ao longo da Safra 2015/2016, a Companhia reforçou a divulgação de seu Código de Conduta e Ética nos Negócios junto aos públicos interno e externo, bem como do Canal Ético, disponível em tempo integral e com atendimento bilingue para que qualquer pessoa possa fazer consultas, relatos ou necessidade de informação relativa à ética e conduta nos negócios. O canal pode ser acessado pelo site [www.copersucar.com.br/etica](http://www.copersucar.com.br/etica), por e-mail ou telefone. As informações são recebidas por empresa independente, que assegura total sigilo do relato e da identidade do interlocutor.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
<b>Ativos</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	932.854	1.051.254	704.929	493.384
Contas a receber de clientes	7	774.088	821.925	430.420	816.370
Estoques	8	2.319.873	2.557.292	1.087.272	1.242.299
Impostos e contribuições a recuperar	9	296.439	303.213	264.196	298.960
Adiantamentos a fornecedores	10	446.562	1.765.089	16.993	15.002
Operações com bolsa de valores	11	79.672	26.145	-	8
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	22	309.310	677.265	141.053	257.503
Outras contas a receber		67.935	115.866	25.349	34.928
Total do ativo circulante		<b>5.229.733</b>	<b>7.318.049</b>	<b>2.669.912</b>	<b>3.158.454</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Ativo fiscal diferido	12	411.829	331.537	398.493	313.557
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	70.373	-	70.373
Depósitos judiciais	21	39.422	34.655	25.522	20.985
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	22	13.901	18.396	13.901	18.396
Operações de mútuo	24	-	-	13.669	95.009
Outras contas a receber		6.538	13.191	4.879	10.669
Investimentos	13	867.136	844.317	1.356.434	1.944.523
Propriedade para investimento	14	-	-	70.242	70.296
Imobilizado	15	791.296	672.616	105.663	90.406
Intangível	16	271.485	253.101	15.958	18.701
Total do ativo não circulante		<b>2.401.607</b>	<b>2.238.186</b>	<b>2.004.761</b>	<b>2.652.915</b>
Total dos ativos		<b>7.628.340</b>	<b>9.556.235</b>	<b>4.674.673</b>	<b>5.811.369</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS					
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Receitas líquidas	27	26.324.006	20.985.802	7.901.678	5.984.736
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	22	(518.463)	373.666	2.144	-
Custo das vendas	29	(24.836.635)	(20.452.761)	(7.230.754)	(5.921.650)
<b>Lucro bruto</b>		<b>969.908</b>	<b>906.707</b>	<b>673.068</b>	<b>63.086</b>
Despesas de vendas	29	(122.860)	(195.713)	(41.660)	(54.417)
Despesas administrativas	29	(216.968)	(186.566)	(98.219)	(88.494)
Outras receitas		26.051	88.982	16.484	24.020
Outras despesas		(39.117)	(49.301)	(3.809)	(13.328)
<b>Resultado antes das financeiras líquidas</b>		<b>616.014</b>	<b>564.109</b>	<b>545.864</b>	<b>(69.133)</b>
Receitas financeiras	28	2.145.403	1.570.618	806.072	440.044
Despesas financeiras	28	(2.562.538)	(2.261.420)	(1.033.358)	(550.072)
<b>Financeiras líquidas</b>		<b>(417.135)</b>	<b>(690.802)</b>	<b>(227.286)</b>	<b>(110.028)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	13	(67.461)	22.276	(231.246)	71.280
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>131.418</b>	<b>(104.417)</b>	<b>87.332</b>	<b>(107.881)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	30	(32.746)	(24.636)	(46.154)	(3.014)
Imposto de renda e contribuição social diferido	30	(53.541)	118.142	(8.739)	102.484
<b>Imposto de renda e contribuição social totais</b>		<b>(86.287)</b>	<b>93.506</b>	<b>(54.893)</b>	<b>99.470</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>45.131</b>	<b>(10.911)</b>	<b>32.439</b>	<b>(8.411)</b>
<b>Resultado atribuído para</b>					
Acionistas controladores		32.439	(8.411)	32.439	(8.411)
Acionistas não controladores		12.692	(2.500)	-	-
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>45.131</b>	<b>(10.911)</b>	<b>32.439</b>	<b>(8.411)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES					
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Resultados do exercício		45.131	(10.911)	32.439	(8.411)
Resultados abrangentes					
Ajuste acumulado de conversão reflexa		(2.916)	(9.781)	(2.916)	(9.781)
Ajuste acumulado de conversão		92.779	180.367	92.779	180.367
Non Deliverable Forward hedge de investimento		(161.428)	(260.548)	(161.428)	(260.548)
Non Deliverable Forward hedge de fluxo de caixa		(129)	-	(129)	-
Imposto de renda e contribuição social		54.929	88.586	54.929	88.586
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>28.367</b>	<b>(12.287)</b>	<b>15.675</b>	<b>(9.787)</b>
<b>Resultado abrangente atribuído aos:</b>					
Acionistas controladores		15.675	(9.787)	15.675	(9.787)
Acionistas não controladores		12.692	(2.500)	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>28.367</b>	<b>(12.287)</b>	<b>15.675</b>	<b>(9.787)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO					
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
<b>Receitas</b>					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		27.352.009	21.512.009	8.953.034	6.835.665
Outras receitas		35.989	331.725	1.307	(130)
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros		(518.463)	373.666	2.144	-
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa		(329)	106	-	-
<b>Insomos adquiridos de terceiros</b>		<b>26.869.206</b>	<b>22.217.506</b>	<b>8.956.485</b>	<b>6.835.535</b>
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(25.682.663)	(21.207.950)	(8.167.366)	(6.796.455)
Materiais, serviços de terceiros e outros		(214.034)	(273.252)	(55.215)	(58.685)
Outras		(33.727)	(27.414)	(78)	(113)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(25.930.424)</b>	<b>(21.508.616)</b>	<b>(8.222.659)</b>	<b>(6.855.253)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>		<b>938.782</b>	<b>708.890</b>	<b>733.826</b>	<b>(19.718)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>(42.987)</b>	<b>(33.800)</b>	<b>(11.959)</b>	<b>(9.010)</b>
Resultado de equivalência patrimonial		(67.461)	22.276	(231.246)	71.280
Receitas financeiras		2.145.403	1.570.618	806.072	440.044
Outras		25.304	67.831	15.741	11.009
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>2.103.246</b>	<b>1.660.725</b>	<b>590.567</b>	<b>522.333</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>2.999.041</b>	<b>2.335.815</b>	<b>1.312.434</b>	<b>493.805</b>
<b>Pessoal</b>		<b>(2.999.041)</b>	<b>(2.335.815)</b>	<b>(1.312.434)</b>	<b>(493.605)</b>
Remuneração direta		(93.920)	(101.733)	(30.009)	(45.176)
Benefícios		(62.467)	(66.776)	(33.185)	(19.786)
FGTS		(8.064)	(7.754)	(2.993)	(3.249)
		(164.451)	(176.263)	(66.187)	(68.211)
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>					
Federais		(155.064)	145.303	(117.800)	153.098
Estaduais		(57.372)	(31.340)	(56.286)	(29.974)
Municipais		(7.669)	(4.356)	(552)	(535)
		(220.104)	109.607	(174.638)	122.589
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>					
Juros		(2.562.538)	(2.261.419)	(1.033.357)	(550.072)
Aluguéis		(6.817)	(18.651)	(5.813)	(6.322)
		(2.569.355)	(2.280.070)	(1.039.170)	(556.394)
<b>Remuneração de capital próprio</b>					
(Lucro)/Prejuízo no exercício		(32.439)	8.411	(32.439)	8.411
Participação de não controladores		(12.692)	2.500	-	-
		(45.131)	10.911	(32.439)	8.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
<b>Passivos</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	17	1.474.297	2.704.998	1.028.317	2.196.913
Empréstimos e financiamentos	18	2.243.662	2.053.863	1.995.014	1.558.225
Obrigações sociais trabalhistas		17.359	26.383	11.141	18.835
Impostos e contribuições a recolher	19	54.040	71.618	16.841	28.131
Operações com bolsa de valores	11	7.653	60.297	38	-
Adiantamentos de clientes	20	880.191	1.229.971	476	7.239
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	22	656.478	257.486	313.522	196.181
Outras contas a pagar		59.012	95.790	9.480	5.538
Total do passivo circulante		<b>5.392.692</b>	<b>6.500.406</b>	<b>3.374.829</b>	<b>4.011.062</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	18	1.580.136	2.431.370	862.342	1.422.690
Benefícios a empregados	33	36.484	42.226	5.100	-
Impostos e contribuições a recolher	19	321	448	-	-
Provisões para contingências	21	37.022	36.574	20.993	20.985
Passivos fiscais diferidos	12	114.849	35.946	57.353	18.564
Outras contas a pagar		6.869	14.491	-	-
Passivo a descoberto de controlada	13	-	-	2.593	1.972
Total do passivo não circulante		<b>1.775.681</b>	<b>2.561.055</b>	<b>948.381</b>	<b>1.464.211</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social		180.301	180.301	180.301	180.301
Ações em tesouraria		(8)	(8)	(8)	(8)
Reserva legal		21.614	19.992	21.614	19.992
Reservas de lucros		154.444	123.119	154.444	123.119
Ajuste de avaliação patrimonial		(4.888)	12.692	(4.888)	12.692
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		<b>351.463</b>	<b>336.096</b>	<b>351.463</b>	<b>336.096</b>
Participação de não controladores		108.504	158.878	108.504	158.878
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>459.967</b>	<b>494.974</b>	<b>351.463</b>	<b>336.096</b>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<b>7.628.340</b>	<b>9.556.235</b>	<b>4.674.673</b>	<b>5.811.369</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA										
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)										
	Nota	Consolidado		Controladora		Reservas	Ajuste de avaliação	Lucros acumulados	Dividendos adicionais	Participação de acionistas
		2016	2015	2016	2015					
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>45.131</b>	<b>(10.911)</b>	<b>32.439</b>	<b>(8.411)</b>					
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>										
Ajustado por:										
Resultado da equivalência patrimonial		67.461	(22.276)	231.246	(71.280)					
Ganho com variação cambial em controladas		(151.944)	(208.915)	-	(37.394)					
Depreciação e amortização		59.088	33.800	11.959	9.010					
Impostos diferidos		53.541	(118.142)	8.739	(102.484)					
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		(325.753)	692.978	331.963	449.598					
Valor líquido das baixas do ativo imobilizado e intangível		27.071	4.529	461	435					
Aumento em provisão para contingências		448	704	8	-					
Benefícios a empregados		(5.742)	46.185	5.100	15.303					
Mudança no valor justo dos estoques		(387.273)	259.213	(194.921)	24.477					
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros derivativos		638.103	(652.411)	105.075	(271.897)					
Ganho de participação em investimentos em coligadas		(10.882)	(22.030)	(10.882)	(22.030)					
<b>Variações nos ativos e passivos</b>										
Diminuição/(Aumento) de contas a receber de clientes		75.498	346.152	385.950	(414.927)					
(Aumento)/Diminuição em operações com partes ligadas		(349.472)	1.199.899	77.458	(5.					

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(ii) Investimentos em controladas em conjunto:** Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é o acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica que está sujeita ao controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(iii) Investimentos em coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras que influenciam substancialmente o desempenho da Companhia. O poder votante de outra entidade, nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma Companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa Companhia registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da Companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **(iv) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(v) Participação de acionistas não controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **b. Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes de reconversão são reconhecidas no resultado. **(ii) Operações em moeda funcional:** Para as controladas com moeda funcional dólar, os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas médias de câmbio (PTAX de venda) apuradas no exercício. Para as controladas com moeda funcional reais, as diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas no resultado do exercício, uma vez que a moeda funcional da operação no exterior é o Real. Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras individuais da controladora ou da subsidiária. Para conversão das transações em dólar americano (USD) para a moeda funcional da Companhia (Real R\$) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio tanto para o Consolidado quanto para a Controladora:

Moeda	Taxa média anual 2016	Taxa média anual 2015	Taxa à vista de fechamento 2016	Taxa à vista de fechamento 2015
USD	3,5932	2,4784	3,5589	3,2080

**c. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros reconhecidos são reconhecidas como um ativo ou passivo quando a participação financeira é compensada e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar o ativo e a Companhia tenha a intenção de liquidá-lo em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para geração ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com o estado de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros recebíveis, partes relacionadas e adiantamento a fornecedor. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retratadas, canceladas ou expiradas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. Outros passivos financeiros não reconhecidos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. **(iii) Operações derivativas:** A Companhia defende instrumentos financeiros derivativos: futuros, swaps (proteção de risco de taxa de juros e câmbio) e NDIFs - Non Deliverable Forward - como suas operações de proteção (hedge) às variações de câmbio (moeda) e preço de *commodity*. O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia e à redução de sua exposição aos riscos de moeda e mercado, devidamente identificados por políticas e diretrizes estabelecidas. Os resultados obtidos com estas operações estão concordes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como componente do lucro bruto. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo e as alterações registradas no resultado do exercício como componente do lucro bruto. Ganhos/perdas relacionados a instrumentos financeiros derivativos não realizados oriundos de proteção de preço de *commodities* são reconhecidos dentro do lucro bruto, enquanto os efeitos de derivativos relacionados a riscos cambiais e de juros são reconhecidos no resultado financeiro. **(iv) Hedge de investimento líquido no exterior:** A Companhia utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting) para as diferenças de moedas estrangeiras entre o balanço patrimonial no exterior da investida e a moeda funcional da controladora (Real). Dentro das condições da efetividade do hedge, diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um passivo financeiro designado como hedge de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Quando o investimento líquido, que foi objeto de hedge, é alienado, a parcela correspondente mantida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, é reclassificada para o resultado como parte do lucro ou perda na alienação. **d. Estoques:** O estoque da Companhia é composto por *commodities* e é ajustado ao valor de mercado ("mark to market") menos os custos para venda. Para cálculo do valor justo, a Companhia utiliza como referência de preço justo os índices divulgados por fontes públicas e relacionados aos produtos e mercados ativos onde atua. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidas no resultado do exercício. **e. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. O custo de imobilizado inclui custos de aquisição e de construção de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais no resultado. **(ii) Reclassificação para propriedade para investimento:** Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer aumento resultante desta remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta perda anterior por redução ao valor recuperável (*impairment*) dessa propriedade, o que não pode exceder o valor contábil inicialmente reconhecido (líquido de depreciação). Caso haja aumento remanescente o mesmo é reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial, como parte de outros resultados abrangentes. Qualquer redução de reconhecimento é reconhecida no resultado. **(iii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iv) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Taxa média anual ponderada 2016	Taxa média anual ponderada 2015
Consolidado	3,77%	2,86%
Controladora	19,52%	6,95%
	6,94%	8,50%
	8,59%	4,92%

- Construções e benfeitorias
- Máquinas e equipamentos
- Equipamentos de processamento de dados
- Móveis e utensílios
- Veículos
- Benfeitorias em propriedade de terceiros

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento do exercício e ajustados caso seja apropriado. **f. Ativos intangíveis e ágios:** **(i) Ativos intangíveis de vida útil definida:** Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. **(ii) Ativos intangíveis de vida útil indefinida:** **Ágio:** O ágio apurado na aquisição de ações da Eco-Energy Global Biofuels, LLC encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre esses investimentos, utilizando para tanto práticas contábeis de mercado relativas ao fluxo de caixa recuperável da controlada. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que possam resultar em redução do imobilizado, antecipar o teste realizado anteriormente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado. **(iii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. O valor contábil do intangível que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício que ocorre a reposição. Custos de manutenção no dia a dia são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iv) Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado, na rubrica "Despesas administrativas", baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os exercícios correntes e comparativos são de 5 (cinco) anos para os *softwares*. **g. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização e não reconhecida no resultado. **(iii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente, quando relevante, ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo inclui despesa que é diretamente atribuída à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta e qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. **h. Ativos arrendados:** Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. Os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia (arrendatária). A propriedade para investimento mantida sob um arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial da Companhia (arrendadora) pelo seu custo histórico. **i. Redução ao valor recuperável (*impairment*): (i) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que o valor justo do ativo é inferior ao seu custo amortizado ou se ocorrerem eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável. **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tendo sido ainda identificada. Ativos que não são indutormente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento. **Ativos financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou grupo de ativos exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no exercício. Perdas no valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou grupo de ativos exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no exercício. Perdas no valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". **(iii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou grupo de ativos exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no exercício. Perdas no valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". **(iv) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou grupo de ativos exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no exercício. Perdas no valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". **(v) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou grupo de ativos exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no exercício. Perdas no valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". **(vi) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou grupo de ativos exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no exercício. Perdas no valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". **(vii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou grupo de ativos exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no exercício. Perdas no valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". **(viii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou grupo de ativos exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no exercício. Perdas no valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". **(ix) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou grupo de ativos exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no exercício. Perdas no valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". **(x) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou grupo de ativos exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no exercício. Perdas no valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". **(xi) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável



★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)**

disciplinado e construtivo, ou seja, uma cultura de riscos, com a qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações no que se refere ao gerenciamento e mitigação dos riscos. **Comitê de auditoria e riscos:** O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos é composto por até 6 (seis) membros, integrantes do Conselho de Administração e/ou Conselho Consultivo ou indicados pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos. O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos reúne-se em periodicidades definidas pelo Conselho de Administração, podendo ocorrer convocações extraordinárias sempre que justificáveis para acompanhar e discutir as estratégias que estão sendo executadas. Qualquer alteração na Política Global de Riscos deve ser recomendada pelo Comitê. O Comitê auxilia a Administração e executa papel relevante no modelo de Governança Corporativa adotada na Companhia. As atribuições das atividades são: • Acompanhar o mapeamento de todos os riscos existentes nos negócios da Companhia; • Garantir a aderência dos riscos incorridos com a Política Global de Riscos; • Recomendar ações para disseminar internamente a cultura de sensibilidade a riscos; • Comunicar ao Presidente do Conselho de Administração insubservâncias de normas e regulamentos avaliadas como de alto risco; • Discutir, em conjunto com a área de gestão de riscos, as premissas iniciais para que os limites de risco sejam definidos, considerando a definição do apetite a risco e estratégia de negócio estabelecidos pelo Conselho de Administração. Entre as premissas estão: volume estimado para a safra subsequente (atualizado associados e novos entrantes), expectativas sobre preços e volatilidade e qualquer outro fator que possa influenciar em riscos financeiros; • Definir os limites de risco e encaminhar, através do CEO, para deliberação e aprovação do Conselho de Administração; • Acompanhar e discutir controles internos, relatórios, pendências e questões referentes aos trabalhos de auditoria interna e externa; e • Definir e acompanhar junto à auditoria interna o plano de auditoria interna da Companhia. A Auditoria Interna é responsável por avaliar as atividades da Companhia, identificar desvios e ameaças potenciais ao negócio e fazer sugestões de melhoria em processos operacionais e de tecnologia da informação. Além disso, verifica o cumprimento de regras e questionamentos que possam trazer riscos para a companhia. **Risco de crédito:** A política para concessão de crédito a clientes da Copersucar estabelece que seja realizada uma análise abrangendo a situação comercial, econômica e financeira dos clientes a que eventualmente se deseja dar prazo de pagamento, e determina alçadas de aprovação para os referidos limites de crédito. Os clientes que não possuem limite de crédito disponível com a Companhia necessariamente efetuam as compras somente na condição de pagamento antecipado à retirada do produto. As análises possuem validade de até um ano e são compostas, basicamente, por três parâmetros: (i) análise quantitativa contendo avaliação criteriosa dos índices econômico-financeiro relativos a endividamento, liquidez, rentabilidade e ciclos operacionais, relativos a balanços patrimoniais dos últimos três exercícios fiscais; (ii) análise qualitativa que deve conter a estrutura societária, consultas aos órgãos fiscais, Sintegra, Receita Federal e Serasa, relatório de visita técnica, representatividade do cliente no setor em que atua, tempo de atuação no mercado, referências comerciais, relação dos principais fornecedores, relação dos bens da empresa e/ou dos sócios; e (iii) análise de garantias, examinadas pelas áreas Financeira e Jurídica e solicitadas sob o critério da discricionariedade de sua administração. A área de Gestão de Riscos monitora a relação entre o crédito cedido aos clientes, contra seu volume de contas a receber e o respectivo MTM dos contratos ainda em aberto. Esse monitoramento visa garantir o acompanhamento dos limites de crédito disponibilizados e sugerir quando viável, possíveis reavaliações de tais limites. **(I) Contas a receber de clientes:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a risco de crédito. A Administração busca mitigar o risco de crédito por meio de uma política de crédito rigorosa, seletividade de seus clientes, acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmentos de negócios e limites individuais de crédito, procedimentos estes adotados a fim de minimizar eventuais riscos de inadimplência em suas contas a receber de clientes. A Companhia opera nos segmentos de açúcar, etanol e prestação de serviços de elevação de açúcar em seu terminal portuário. Nos clientes de mercado interno o prazo médio de recebimento é de 40 (quarenta) dias para o açúcar, já nas vendas de etanol, 70% dos clientes têm um prazo de recebimento de 12 (doze) dias e o saldo de 30% com recebimentos à vista. Com relação a contas a receber do mercado externo, incluindo América Latina, cerca de 80% dos processos de exportação pagam na modalidade *Cash Against Documents*, ou seja, somente após o pagamento da obrigação, os documentos são liberados ao cliente para que possa fazer o desembarque da mercadoria. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são analisados conforme classificação de risco de crédito e setorização. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado representa a possibilidade de perdas financeiras que a Companhia está exposta, oriunda das variações sobre os preços das *commodities*, taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar e monitorar todas as exposições a esses riscos para que fiquem dentro de parâmetros aceitáveis, definidos pelo Conselho de Administração. A Companhia compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Auditoria e Risco e deliberadas pelo Conselho de Administração. **(II) Risco de preço de commodities:** A Companhia opera com derivativos de *commodities* para minimizar a variabilidade do seu resultado causada pelo reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de *commodities* nas Bolsas Internacionais (ICE/NYBOT, OPIS, PLATTS e LIFFE) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição ocorre dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é monitorada e baseada no limite de risco pre estabelecido pelo Conselho de Administração. A Companhia não possui usinas produtoras de açúcar e etanol. Para o açúcar a matéria-prima comercializada é adquirida de unidades produtoras sócias, enquanto para o Etanol apenas 5% advém de unidades produtoras não sócias. Conforme contrato de fornecimento firmado entre a Copersucar S.A. e a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, partes sócias, o preço de negociação é formado com base no índice CEPEA/ESALQ no período da entrega da mercadoria. O açúcar é comercializado no mercado interno e externo, e o preço de venda é formado pelo preço da açúcar *Sugar #11/ICE* da Bolsa de Nova York. Isso faz com que este seja o principal fator de risco do portfólio. A exposição líquida entre compras e vendas é gerenciada por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar *Sugar #11/ICE* (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa e é monitorada por meio dos limites de risco pre estabelecidos pelo Conselho de Administração. O etanol também é comercializado no mercado interno e externo, e o seu preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ. Isso faz com que este seja o principal fator de risco deste portfólio. Dessa forma toda a posição líquida entre compras e vendas com preço fixo acaba exposta ao risco de variação de preço do etanol. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites pre estabelecidos pelo Conselho de Administração. Os ganhos ou perdas originados desses instrumentos de proteção são registrados no resultado do exercício. Para minimizar o risco e os efeitos da volatilidade das variações de preços de *commodities*, principalmente relacionados ao etanol, milho, gás natural e outras *commodities*, a controlada Eco-Energy utiliza vários instrumentos financeiros derivativos, incluindo futuros negociados em bolsa, negociado em balcão, *swaps* e contratos de opções. A Eco-Energy monitora e administra essa exposição como parte da sua política global de gestão de riscos. Como tal, a Companhia busca reduzir os efeitos potencialmente negativos que a volatilidade desses mercados pode ter sobre seus resultados operacionais. A Eco-Energy poderá tomar posições de cobertura nessas produtos como uma maneira de mitigar o risco. **(III) Risco de moeda:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos e investimentos denominados em moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, no caso o Real (R\$). A Companhia utiliza Contratos de Balcão para proteger seu risco de moeda, com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras. Quando necessário esses contratos são renovados no vencimento. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são gerenciados pela sua exposição líquida, por meio de compras e vendas de moeda estrangeira a taxas à vista ou futuras (*forwards*), quando necessário, substancialmente para exposições de curto prazo. Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em USD são protegidos utilizando contratos de *swap*, de balcão ou compensados com ativos indexados na mesma moeda. Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, os empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia, principalmente em Reais, mas também em USD. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição e seus limites ocorrem dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é definida anualmente, no limite de risco pre estabelecido pelo Conselho de Administração e monitorada pelos Executivos da Companhia e Comitê de Auditoria e Risco. A *Hedge accounting* de investimento no exterior: A Companhia utiliza instrumentos financeiros (NDF - Non Deliverable Forward) para proteção da variação cambial sobre os investimentos em sua Controlada na Espanha - Alvean e da Copersucar North America, cuja moeda funcional é o Dólar. b. *Hedge* de fluxo de caixa: A controlada Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais possui o *hedge* de fluxo de caixa para a proteção contra exposição da variação do câmbio do contrato firmado com a Alvean Sugar S.L. **(III) Risco de taxa de juros:** A dívida da Companhia está atrelada a taxas fixas e variáveis, portanto está exposta a variações na taxa de juros. O risco de exposição do CDI é parcialmente compensado por aplicações financeiras. O gerenciamento do custo financeiro total da Companhia possui como objetivo fazer com que seu custo financeiro esteja em linha com o praticado pelo mercado, considerando entidades com porte similar. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Também faz parte da carteira de instrumentos financeiros, as operações com instrumentos financeiros derivativos que são contratadas para proteção da volatilidade de mercado, bem como, as operações de compra e venda a termo de mercadoria com a Cooperativa. Para esse fim são utilizados os seguintes instrumentos de proteção: *swap* cambial, operações com NDF - *Non-Deliverable Forwards*, futuros e opções de *commodities* e moeda. **Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo:** Durante os exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. **Valor justo versus valor contábil:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Consolidado	Hierarquia do valor justo				
	Valor contábil		Valor justo		
	2016	2015	2016	2015	
<b>Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado</b>					
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1/Nível 2	932.854	1.051.254	932.854	1.051.254
Estoque	Nível 2	2.319.873	2.552.292	2.319.873	2.552.292
Operações com bolsa de valores	Nível 2	79.672	26.145	79.672	26.145
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	Nível 2	323.211	695.661	323.211	695.661
<b>Passivos</b>					
Operações com bolsa de valores	Nível 2	7.653	60.297	7.653	60.297
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	Nível 2	656.478	257.486	656.478	257.486
<b>Empréstimos e recebíveis</b>					
Contas a receber de clientes	Nível 2	774.088	821.925	774.088	821.925
Adiantamentos a fornecedores	Nível 2	446.562	1.765.089	446.562	1.765.089
Outras contas a receber	Nível 2	74.473	129.057	74.473	129.057
<b>Passivos mantidos pelo custo amortizado</b>					
Fornecedores	Nível 2	1.474.297	2.704.998	1.474.297	2.704.998
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	3.823.798	4.485.233	3.823.798	4.485.233
Adiantamentos de clientes	Nível 2	880.191	1.229.971	880.191	1.229.971
Outras contas a pagar	Nível 2	65.881	110.281	65.881	110.281

Controladora	Hierarquia do valor justo				
	Valor contábil		Valor justo		
	2016	2015	2016	2015	
<b>Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado</b>					
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1/Nível 2	704.929	493.384	704.929	493.384
Estoque	Nível 2	1.087.272	1.242.299	1.087.272	1.242.299
Operações com bolsa de valores	Nível 2	-	8	-	8
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	Nível 2	154.954	275.899	154.954	275.899
<b>Passivos</b>					
Operações com bolsa de valores	Nível 2	38	-	38	-
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	Nível 2	313.522	196.181	313.522	196.181
<b>Empréstimos e recebíveis</b>					
Contas a receber de clientes	Nível 2	430.420	816.370	430.420	816.370
Adiantamentos a fornecedores	Nível 2	16.693	15.002	16.693	15.002
Outras contas a receber	Nível 2	30.228	45.597	30.228	45.597
Empréstimos concedidos - partes relacionadas	Nível 2	13.669	95.009	13.669	95.009
<b>Passivos mantidos pelo custo amortizado</b>					
Fornecedores	Nível 2	1.028.317	2.196.913	1.028.317	2.196.913
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2.857.356	2.980.915	2.940.404	3.130.784
Adiantamentos de clientes	Nível 2	476	7.239	476	7.239
Outras contas a pagar	Nível 2	9.480	5.538	9.480	5.538

Os valores justos se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados no balanço patrimonial. O cálculo do valor justo dos empréstimos e financiamentos está demonstrado na nota 3.d. **Hierarquia de valor justo:** A tabela acima fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo. As descrições das hierarquias estão demonstradas na nota 3 e. **Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito:** A exposição máxima do risco de crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos à vista	228.199	558.025	6.746	12.584
Aplicações financeiras	704.623	493.170	698.167	480.774
Contas a receber de clientes	774.088	821.925	430.420	816.370
Adiantamentos a fornecedores	446.562	1.765.089	16.693	15.002
Operações com bolsa de valores	79.672	26.145	-	8
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	323.211	695.661	154.954	275.899
Outras contas a receber	74.473	129.057	30.228	45.597

As operações de aplicações financeiras são pulverizadas em diversas instituições financeiras, consideradas pelo mercado de primeira linha. Os três clientes mais relevantes da Companhia são responsáveis por R\$158 mil dos recebíveis em 31 de março de 2016 (R\$281 mil em 31 de março de 2015), sendo que durante esses exercícios ocorreram troca de relevância entre os clientes.

**Perdas por redução no valor recuperável:** Os vencimentos das contas a receber de clientes são:

Consolidado	2016		2015	
	Bruto	PECLD	Bruto	PECLD
Não vencidos	718.821	-	766.588	-
Vencidos há 0-30 dias	44.213	-	39.356	-
Vencidos há 31-120 dias	-	-	12.879	-
Acima de 120 dias	12.377	(1.323)	4.121	(1.019)
<b>Total</b>	<b>775.411</b>	<b>(1.323)</b>	<b>822.944</b>	<b>(1.019)</b>

Controladora	2016		2015	
	Bruto	PECLD	Bruto	PECLD
Não vencidos	415.436	-	788.787	-
Vencidos há 0-30 dias	11.044	-	22.302	-
Vencidos há 31-120 dias	-	-	4.030	-
Acima de 120 dias	4.805	(866)	2.117	(866)
<b>Total</b>	<b>431.285</b>	<b>(866)</b>	<b>817.236</b>	<b>(866)</b>

A despesa com a constituição da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi registrada na rubrica "Despesas de Vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título, e esta provisão torna-se dedutível de impostos.

**Risco de commodities**

Consolidado	Volume		Notional	
	2016	2015	2016	2015
<b>Contratos a termo</b>				
<b>Posição compra</b>				
<b>Mercadorias</b>				
Açúcar (toneladas)	125.929	356.066	17.151	60.098
Etanol (m³)	3.353.266	3.994.795	4.499.475	5.025.419
Milho (m³)	404.418	495.320	477.068	107.377
RIN/LCFS (unidade de crédito)	35.409	7.523	87.590	18.154
Gas natural (mmbtu)	55.450	1.138	346.418	1.383
Derivativos - swap (m³)	5.247	-	7.567	-
<b>Total</b>	<b>5.435.269</b>	<b>(866)</b>	<b>5.435.269</b>	<b>5.213.431</b>
<b>Contratos futuros (Forward)</b>				
<b>Posição venda</b>				
<b>Mercadorias</b>				
Açúcar (tonelada)	(100.995)	(130.765)	(104.069)	(185.774)
Etanol (m³)	(4.003.474)	(4.828.219)	(5.474.961)	(6.323.135)
Gasolina (m³)	(59.620)	(33.228)	(5.078)	(99.270)
Milho (m³)	(404.418)	(457.330)	(479.419)	(99.270)
RIN/LCFS (unidade de crédito)	(35.981)	(7.568)	(129.452)	(17.804)
Gas natural (mmbtu)	(40.015)	(183)	(254.236)	(1.619)
<b>Total</b>	<b>(6.447.215)</b>	<b>(6.447.215)</b>	<b>(6.447.215)</b>	<b>(6.447.215)</b>

A Companhia utiliza basicamente duas categorias de instrumentos de preço para controle da exposição de *commodities*: a. Contratos derivativos futuros negociados diretamente pela Companhia em Bolsa (ICE/NYBOT) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (*Non Deliverable Forward*). Embora a política permita operar com opções com algumas limitações a Companhia não está operando. b. Contratos a termo negociados diretamente com clientes e fornecedores: O valor justo dos contratos derivativos futuros e de opções em bolsa é equivalente ao valor de mercado para a reversão de tais posições. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Para os contratos de balcão, a mensuração pelo valor justo é dada pela diferença entre preços fixados na contratação e seus respectivos valores de mercado, via informação pública. Essa mensuração segue os modelos usuais de mercado e são calculadas mensalmente tanto pela Companhia como pelos bancos que intermediam as operações. Para esses contratos não há necessidade de depósitos de margem. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá somente na data de liquidação. A mensuração do valor justo dos contratos a termo com clientes e fornecedores é realizada com base na diferença entre o preço de compra ou venda fixado e o preço de mercado na data-base. Para determinação dos preços de mercado, são utilizados os mesmos indicadores de fixação, ou seja, cotações *Sugar #11/ICE*. Para cada contrato futuro nas modalidades AA (*Against Actuals*), SEO (*Seller Execution Order*) e BEO (*Buyer Execution Order*), há um contrato físico com as mesmas variáveis de preços e volumes. A metodologia de cálculo do valor justo adota as cotações do contrato nº 11 da ICE FUTURES Intercontinental Exchange de Nova York como base de precificação para a definição dos indicadores, conforme ponderação baseada em percentual pré-atribuído à tela de referência para um determinado mês e também os meses em que as cotações diárias serão utilizadas como base (média) para o cálculo do valor da tela de referência. Nos contratos a termo, está incluído saldos referentes ao Contrato de Fornecimento com a Cooperativa (ver nota explicativa 23). Esses volumes representam a parcela do contrato cujo preço já está definido de acordo com a metodologia da CEPEA, visto que o preço de negociação do contrato segue o índice de Açúcar Bruto CEPEA/ESALQ. O modelo de cálculo do valor justo, na data-base, é determinado pela diferença entre: (i) o valor do índice de Açúcar Bruto CEPEA/ESALQ estimado com base nas cotações médias de preços do contrato *Sugar #11/ICE* divulgados e (ii) a média de preços *Sugar #11/ICE* na data-base ponderada de acordo com os volumes de entrega correspondente para cada vencimento de tela na ICE. Os efeitos de polarização (4,05%) e custos de frete e elevação são ajustados ao preço índice de Açúcar Bruto CEPEA/ESALQ. **Análise de sensibilidade para risco de commodities:** A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e dois que possam apresentar efeitos de depreciação do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário provável foi definido internamente pela área de Inteligência de Mercado e representa a expectativa da Companhia com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários: Possível e Remoto são os cenários propostos pela Instrução nº 475/08 da CVM. A metodologia utilizada foi a de *delta MTM*, ou seja, o recálculo do valor justo com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de março de 2016.

Risco de preço das commodities	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Cenários e níveis de preço	4,6%	-25%	-50%
Não derivativos	56.417	(304.931)	(609.863)
Derivativos	(5.529)	29.882	59.766
<b>Efeito total</b>	<b>50.888</b>	<b>(275.049)</b>	<b>(550.097)</b>

Em virtude da sazonalidade do comportamento da cotação da *commodity* - açúcar, esse cenário está sujeito a variações durante o ano/safra. **Risco de liquidez:** A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Consolidado	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>2016</b>						
Fornecedores	1.474.297	1.474.297	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.823.798	356.680	1.886.982	431.614	1.028.635	119.887
Adiantamento de clientes	880.191	880.191	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:						
- NDF	252.263	252.263	-	-	-	-
- Swap	108.797	79.439	29.358	-	-	-
- Futuro de <i>commodity</i>	295.418	295.418	-	-	-	-
Outras contas a pagar	65.881	59.012	-	6.869	-	-
<b>2015</b>						
Fornecedores	2.704.998	2.704.998	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.485.233	950.823	1.103.040	1.453.810	406.933	570.627
Adiantamento de clientes	1.229.971	1.229.971	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:						
- NDF	206.819	-	206.819	-	-	-
- Swap	4.829	4.829	-	-	-	-
- Futuro de <i>commodity</i>	45.838	45.838	-	-	-	-
Outras contas a pagar	110.281	95.790	-	14.491	-	-

Controladora	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>2016</b>						
Fornecedores	1.028.317	1.028.317	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos						

★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)**

**24. PARTES RELACIONADAS**

Controladora e parte controladora final: As partes controladoras finais da Companhia são os grupos conforme a seguir:

Acionistas - Grupo	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Total de ações	% Participação
Virgolino Oliveira	136.537.290	2	136.537.292	11,0572
Zilor	136.470.950	3	136.470.953	11,0517
Pedra	123.481.862	1	123.481.863	9,9999
Santa Adélia	83.767.543	2	83.767.545	6,7837
Cocal	77.153.075	1	77.153.076	6,2480
Batatais	74.642.239	1	74.642.240	6,0447
Araçá	72.023.093	4	72.023.097	5,8326
Viralcool	70.948.322	2	70.948.324	5,7456
Balbo	67.984.431	3	67.984.434	5,5055
Ipiranga	62.957.606	2	62.957.608	5,0985
São J. da Estiva	42.337.360	1	42.337.361	3,4286
São Manoel	40.320.740	1	40.320.741	3,2653
Ferrari	31.586.248	1	31.586.249	2,5579
Pitangueiras	31.144.060	1	31.144.061	2,5221
Furlan	30.894.483	1	30.894.484	2,5019
São Luiz	28.837.064	1	28.837.065	2,3353
Umoe Bioenergy	26.375.699	1	26.375.700	2,1360
Jacarezinho	19.993.486	1	19.993.487	1,6191
Melhoramentos	16.897.505	2	16.897.507	1,3684
Cerradão	16.393.879	1	16.393.880	1,3276
Santa Lúcia	15.848.721	1	15.848.722	1,2540
Santa Maria	13.826.284	1	13.826.285	1,1197
Caçu	8.744.649	1	8.744.650	0,7082
Decal - Rio Verde	5.980.744	1	5.980.745	0,4843
Outros	51.150	1	51.151	0,0042
<b>Total</b>	<b>1.234.834.483</b>	<b>37</b>	<b>1.234.834.520</b>	<b>100,0000</b>

**Remuneração de pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da Companhia é composto pelo presidente do Conselho de Administração, pelo presidente Executivo e pelos diretores das áreas: Comercial, Logística e Administrativo-Financeira e Planejamento. Para o exercício de doze meses findo em 31 de março de 2016, a remuneração do pessoal-chave da administração, totalizou R\$ 8.994 (R\$ 10.142 para o exercício de doze meses findo em 31 de março de 2015), e inclui salários, remuneração de curto e longo prazo, benefícios de curto e longo prazo e pós-emprego. A remuneração do pessoal-chave da Administração compreende:

	Consolidado 2016	2015	Controladora 2016	2015
Benefícios de empregados de curto prazo	7.780	8.103	7.780	8.103
Benefícios de pós-emprego	1.214	957	1.214	957
Remuneração variável longo prazo (a)	-	1.082	-	1.082
<b>Total</b>	<b>8.994</b>	<b>10.142</b>	<b>8.994</b>	<b>10.142</b>

(a) O montante destacado como benefício de longo prazo refere-se a pagamento de bônus aos colaboradores elegíveis vinculado ao atingimento de metas estratégicas para cada triênio validadas com o Conselho de Administração. Esses valores estão provisionados e serão pagos conforme atingimento das metas no exercício.

**Outros saldos com partes relacionadas**

	Consolidado 2016	2015	Controladora 2016	2015
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Contas a Receber</b>				
Cooperativa	18.528	1.482	17.979	1.482
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	-	-	11.800	20.610
Copersucar Trading A.V.V.	-	-	15.204	374.916
Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda.	163	147	163	147
Alvean Sugar S.L.	8.784	25.409	79	-
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>27.038</b>	<b>45.025</b>	<b>397.155</b>
<b>Dividendos a receber</b>				
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	-	-	8.387	2.881
<b>Total</b>	-	-	<b>8.387</b>	<b>2.881</b>
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>				
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	-	-	2	2
Cooperativa	213.758	1.485.073	-	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>213.758</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
<b>Empréstimos cedidos e outros</b>				
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	-	-	162	84.544
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	-	-	270	250
Sugar Express Transportes S.A.	-	-	13.237	10.215
<b>Total</b>	-	-	<b>13.669</b>	<b>95.009</b>
<b>Passivo circulante</b>				
<b>Fornecedores</b>				
Cooperativa	964.176	2.081.170	964.176	2.081.173
Copersucar Trading A.V.V.	3.566	-	-	50.055
Alvean Sugar S.L.	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>967.742</b>	<b>964.176</b>	<b>2.131.228</b>
<b>Adiantamento de clientes</b>				
Alvean Sugar S.L.	20	873.163	1.220.788	-
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>873.163</b>	<b>1.220.788</b>	<b>-</b>

	Consolidado 2016	2015	Controladora 2016	2015
<b>Valor da transação do exercício</b>				
<b>Venda de Produtos</b>				
Copersucar Trading A.V.V.	-	-	51.509	279.369
Alvean Sugar S.L.	3.155.226	1.337.802	23.343	20.610
<b>Total</b>	<b>3.155.226</b>	<b>1.337.802</b>	<b>74.852</b>	<b>279.369</b>
<b>Venda de Serviços</b>				
Cooperativa	6.830	11.183	-	-
Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda.	1.871	970	1.871	970
Alvean Sugar S.L.	143.028	57.582	8.166	-
<b>Total</b>	<b>151.729</b>	<b>69.735</b>	<b>10.037</b>	<b>970</b>
<b>Aquisição de Produtos</b>				
Copersucar Trading A.V.V.	-	-	(41.659)	-
Cooperativa	(10.817.949)	(10.104.025)	(7.602.321)	(7.177.352)
Alvean Sugar S.L.	(1.787.793)	(605.889)	-	-
<b>Total</b>	<b>(12.605.742)</b>	<b>(10.709.914)</b>	<b>(7.643.980)</b>	<b>(7.177.352)</b>
<b>Aquisição de Serviços</b>				
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	-	-	(4.220)	(2.776)
<b>Total</b>	-	-	<b>(4.220)</b>	<b>(2.776)</b>
<b>Financeiro - Juros</b>				
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	-	-	-	(283)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	-	-	(5.997)	(13.761)
Sugar Express Transportes S.A.	-	-	(1.615)	(4.300)
<b>Total</b>	-	-	<b>(7.612)</b>	<b>(18.344)</b>

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora e suas subsidiárias diretas e indiretas ou demais partes relacionadas (Cooperativa) e referem-se basicamente a: **Venda/Aquisição de bens e serviços** - Operações de compras e vendas de produtos (açúcar e etanol) e serviços portuários, comercializados conforme contrato firmado entre as partes, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, riscos envolvidos e políticas corporativas. **Valores ativos** - (a) Adiantamentos efetuados para aquisição de produtos e serviços, (b) Contratos de mútuos com subsidiárias ou acionistas diretos ou indiretos com taxa de juros praticadas pela Companhia semelhantes às captações destes recursos e (c) Aluguel de propriedades. **Valores passivos** - (a) Adiantamentos recebidos para fornecimento de produtos e serviços e (b) Contratos de mútuos com subsidiárias ou acionistas diretos ou indiretos com taxa de juros praticadas pela Companhia semelhantes às captações destes recursos. **Contrato de fornecimento com a Cooperativa:** A Companhia possui contrato de exclusividade, assegurando direta ou indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas para aquisição de açúcar e etanol junto à Cooperativa, pelo prazo de três anos, sendo renovado a cada exercício/safra. As quantidades a serem entregues são firmadas mensalmente para um volume que contempla um cenário de seis meses subsequentes, de forma que a partir desse momento a Cooperativa passa a ter responsabilidade pela entrega ou mesmo pelas eventuais quantidades não entregues, se excedido o limite de quebra contratado. A garantia de fornecimento dos produtos está vinculada à manutenção do contrato junto à Cooperativa. O contrato garante, ainda, acesso a determinadas instalações essenciais para a condução dos negócios da Companhia, tais como aquelas destinadas ao armazenamento de etanol e açúcar provenientes da Cooperativa e das usinas associadas. Os preços praticados nesse contrato estão relacionados ao índice CEPEA/ESALQ. Os faturamentos e pagamentos relativos aos produtos adquiridos ocorrem por meio de índice baseado no CEPEA/ESALQ estimado do próprio mês e no fechamento do exercício/safra é efetuada a liquidação financeira das diferenças apuradas entre esses faturamentos e o índice efetivo do CEPEA/ESALQ. Os valores dos ajustes apurados no exercício/safra foram registrados no custo das mercadorias vendidas. O contrato possui como intervenientes garantidores das operações de venda de açúcar e etanol as usinas associadas à Cooperativa. **Contrato de fornecimento de açúcar para Alvean Sugar SL:** A Companhia possui um contrato de fornecimento de açúcar através da sua subsidiária Copersucar Trading AVV com a Alvean Sugar SL com vigência a partir de outubro de 2014 sem prazo determinado de encerramento. O contrato visa a garantia do fornecimento do açúcar da Copersucar Trading AVV à Alvean Sugar S.L., onde as partes acordaram que Copersucar Trading AVV se compromete a vender exclusivamente à Alvean, e a mesma se compromete a comprar 100% da quota de produção em cada ano-safra. Os preços praticados nesse contrato estão relacionados ao índice CEPEA/ESALQ (equivalentes em dólares) mais prêmios conforme estabelecidos em contrato. **Garantias ou avais e fianças recebidas de partes relacionadas:** Os empréstimos e financiamentos abaixo são avaliados pela parte relacionada Cooperativa:

Tomadora	Modalidade de financiamento	Vencimento	2016	2016
Copersucar S.A.	Resolução 4.131 (em US\$)	2016	1.063.723 (a)	-
Copersucar S.A.	Resolução 4.131 (em US\$)	2017	864.428 (a)	-
Copersucar Trading AVV	Pré-pagamento de exportação (em US\$)	2017	178.491 (a)	-
Copersucar North América	Capital de Giro (em US\$)	2016	55.526 (a)	-
Copersucar North América	Capital de Giro (em US\$)	2020	634.427 (a)	-
Copersucar S.A.	Certificado de Recebíveis de Agronegócio	2016	1.153 (a)	-
Copersucar S.A.	Certificado de Recebíveis de Agronegócio	2018	300.000 (a)	-
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2016	110.992 (a)	-
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2018	90.000 (a)	-
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2019	90.000 (a)	-
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2020	90.000 (a)	-
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2021	90.000 (a)	-
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2022	90.000 (a)	-
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2026	820 (a)	-
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINAME (em BRL)	2016	-	3.659.560

(a) Empréstimos e financiamentos avaliados. Os empréstimos e financiamentos abaixo são avaliados pela parte relacionada Copersucar S/A:

Tomadora	Modalidade de financiamento	Vencimento	2016	2016
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2016	10.468 (a)	-
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2017	13.370 (a)	-
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2018	13.370 (a)	-
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2019	13.370 (a)	-
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2020	13.370 (a)	-
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2021	13.370 (a)	-
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2022	13.370 (a)	-
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2023	5.192 (a)	-
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2024	1.298 (a)	-
<b>Total</b>			<b>97.178</b>	<b>-</b>

(a) Empréstimos e financiamentos avaliados e alienação fiduciária.

**25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O capital social integralizado da Companhia é de R\$ 180.300.590 (cento e oitenta milhões, trezentos mil e quatrocentos e noventa reais) em 31 de março de 2016 e 2015, representado por 1.234.834.520 (um bilhão e duzentos e trinta e quatro milhões e oitocentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e vinte) ações, sendo 1.234.834.483 (um bilhão e duzentos e trinta e quatro milhões e oitocentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e três) ações ordinárias e 37 (trinta e sete) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais). **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Ajuste de avaliação patrimonial:** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui: • ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição; • ajuste acumulado da conversão reflexa referente às diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior; • ajuste de hedge accounting de investimento no exterior conforme descrito na Nota 22 (item ii a); e • ajuste de hedge de fluxo de caixa conforme descrito na Nota 22 (item ii b). Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, por meio da depreciação dos ativos a que elas se referem.

**Proposta de destinação do resultado do exercício de 2016**

Lucro líquido do exercício atribuído aos controladores	32.439
- Reserva legal (5%)	(1.622)
- Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	(308)
- Reserva de lucro	(31.325)
<b>Resumo das destinações</b>	
- Dividendos	308
- Reservas	32.131
<b>Total</b>	<b>32.439</b>

**26. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO**

De acordo com o IAS 33/CPIC 31 - "Lucro por ação", a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício do Consolidado e da Controladora com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	Consolidado 2016	2015	Controladora 2016	2015
Lucro/(Prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia (a)	45.131	(10.911)	32.439	(8.411)
Média ponderada de ações em circulação (b)	1.234.835	1.234.835	1.234.835	1.234.835
Lucro/(Prejuízo) diluídos por ação ordinária (a)/(b)	0,04	(0,01)	0,03	(0,01)

**27. RECEITA OPERACIONAL**

	Consolidado 2016	2015	Controladora 2016	2015
Vendas de produtos	7.155.973	5.838.870	1.800.156	1.582.310
Etanol	18.487.147	14.543.773	5.949.793	4.362.822
Gasolina	42.181	74.502	-	-
Milho	(7.060)	(3.573)	-	-
RIN_LCFS (registro de combustível renovável)	273.477	83.854	-	-
Instrumento financeiro derivativo realizado	20.655	336.951	1.307	(130)
Prestação de serviços	351.633	111.425	150.422	39.734
<b>Total</b>	<b>26.324.006</b>	<b>20.985.802</b>	<b>7.901.678</b>	<b>5.984.736</b>

	Consolidado 2016	2015	Controladora 2016	2015
Receita bruta fiscal	27.361.037	21.511.844	8.966.727	6.840.727
Menos:				
Impostos sobre vendas	(1.039.100)	(846.712)	(1.039.072)	(846.699)
Impostos sobre serviços	(24.891)	(11.220)	(13.590)	(4.101)
Devoluções/abatimentos	(13.695)	(5.061)	(13.694)	(5.061)
<b>Total</b>	<b>26.303.351</b>	<b>20.648.851</b>	<b>7.900.371</b>	<b>5.984.866</b>
Instrumento financeiro derivativo realizado	20.655	336.951	1.307	(130)
<b>Total</b>	<b>26.324.006</b>	<b>20.985.802</b>	<b>7.901.678</b>	<b>5.984.736</b>

**28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

	Consolidado 2016	2015	Controladora 2016	2015
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros ativos	50.323	46.321	54.946	52.857
Varição cambial ativa	1.459.179	844.353	427.311	43.626
Operações com derivativo ativo	635.292	638.566	323.741	302.154
Varição cambial de investimento ativo	-	41.357	-	41.407
Outras receitas financeiras	609	21	74	-
<b>Total</b>	<b>2.145.403</b>	<b>1.570.618</b>	<b>806.072</b>	<b>440.044</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros passivos	(249.077)	(208.258)	(199.202)	(151.315)
Varição cambial passiva	(1.711.836)	(1.769.052)	(580.858)	(341.215)
Operações com derivativo passiva	(583.269)	(264.407)	(240.067)	(41.689)
Varição cambial de investimento passivo	-	(4.013)	-	(4.013)
Outras despesas financeiras	(18.356)	(15.690)	(13.231)	(11.840)
<b>Total</b>	<b>(2.562.538)</b>	<b>(2.261.420)</b>	<b>(1.033.358)</b>	<b>(550.072)</b>
<b>Total do resultado financeiro líquido</b>	<b>(417.135)</b>	<b>(690.802)</b>	<b>(227.286)</b>	<b>(110.028)</b>

Parte substancial dos valores apresentados nas rubricas de Varição cambial ativa e passiva estão correlacionadas às políticas de "hedge" da Companhia e suas respectivas contrapartidas protegidas estão apresentadas em Receita líquida de vendas e Custo das Vendas seguindo as políticas contábeis vigentes.

**29. DESPESAS POR NATUREZA**

	Consolidado 2016	2015	Controladora 2016	2015
Custo dos produtos, exceto fretes, transbordo e armazenagem	(25.133.327)	(20.073.931)	(7.425.678)	(5.897.173)
Mudança no valor justo dos estoques	Resultado atribuível aos acionistas não controladores	(2.073.931)	-	-
Depreciação e amortização	(42.937)	(32.653)	-	-
Despesas com pessoal	(164.451)	(176.263)	(66.187)	(68.210)
Fretes, transbordo, armazenagem e despesas com embarque	(92.241)	(157.480)	(16.040)	(23.350)
Outras despesas	(130.780)	(135.458)	(45.690)	(42.341)
<b>Total</b>	<b>(25.176.463</b>			

★ continuação

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente**  
Luis Roberto Pogetti

### Conselheiros

Antonio Eduardo Tonielo  
Antonio José Zillo  
Carlos Dinucci  
Carlos Ubiratan Garms  
Clésio Antonio Balbo

Geraldo José Carbone  
Luis Roberto Kaysel Cruz  
José Luciano Duarte Penido  
Norberto Bellodi  
Sandro Henrique Sarria Cabrera

## DIRETORIA

**Paulo Roberto de Souza**  
Diretor Presidente

**Júlio Alvarez Boada**  
Diretor de Planejamento

**José Augusto Durand**  
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

## CONSELHO FISCAL

**Efetivos**  
**Otávio Pilon Filho**  
**Moisés dos Santos Barbosa**  
**Nilton José Andreotti Filho**

**Suplentes**  
**Leandro José dos Santos**  
**Sérgio Roberto Nicoletti**  
**Eduardo Lambiasi**

## CONTADORA

**Vanessa Siqueira Samejima**  
CRC 1SP 238.292/O-0

## PARECER DO CONSELHO FISCAL - 18 DE MAIO DE 2016

O Conselho Fiscal no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações de Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de março de 2016. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer dos Auditores da KPMG Auditores Independentes, de 18 de maio de 2016, os Senhores Conselheiros

opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelos Srs. Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

**Otávio Pilon Filho**  
Conselheiro

**Moisés dos Santos Barbosa**  
Conselheiro

**Nilton José Andreotti Filho**  
Conselheiro

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da Copersucar S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copersucar S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar

os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Copersucar S.A. em 31 de março de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de maio de 2016



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Fernando Rogério Liani**  
Contador CRC 1SP229193/O-2